ATA DA 752ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 19 E 20 DE JUNHO DE 2026, EM FORMATO HÍBRIDO, EM MANAUS-AM.

PARTICIPANTES: Estiveram presentes Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) os economistas Tania Cristina Teixeira, presidenta; João Manoel Gonçalves Barbosa, vice-presidente; e os conselheiros federais Antonio Corrêa de Lacerda e Júlio Flávio Gameiro Miragaya. Carlos Magno Andrioli Bittencourt, Claudemir Galvani, Elis Braga Licks, Fabíola Andréa Leite de Paula, Flávia Vinhaes Santos, Janine da Silva Alves Bello, Kerssia Preda Kamenach, Lucia dos Santos Garcia, Maria do Socorro Erculano de Lima, Odilon Guedes Pinto Junior, Paulo Hermance Paiva, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Wellington Leonardo da Silva. Também participaram na condição de conselheiros federais suplentes convocados pelo sistema de rodízio, Noel Leite da Silva e Josélia Souza de Brito. Participaram de forma virtual os conselheiros federais: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Gustavo Casseb Pessoti e Pedro Afonso Gomes. Estiveram presentes: o presidente do Corecon-AM/RR, econ. Marcio paixão ribeiro, vice-presidente do Corecon-AM/RR, econ. Maria do Socorro Corrêa da Silva e a conselheira regional, econ. Denise Kassama Franco do Amaral. Compuseram a equipe de apoio do Cofecon: Aline Tales Ferreira, superintendente; Fábio Ronan Miranda Alves, procurador-geral; Renata Reis Almeida, coordenadora de Comunicação; Rielisson Barbosa de Moura, assessor; e Jane Lopes da Silva, assessora da Presidência e do Plenário. *(áudio, tarde, 19.06.2026 – 00:00:06 – 01:46:36).* Às quinze horas e quarenta e um minutos presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, deu início à reunião. 1. Abertura da Sessão Plenária. **1. Abertura**. 1.1. Justificativas de ausência. Não houve. 2**. Economia em Debate.** Tema: **Tarifas, comércio e poder: o que está em jogo entre Brasil e EUA.** Abertura: Tania Cristina Teixeira Presidenta do Cofecon; Palestrante: Economista Otaviano Canuto. Comentários: Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador da Comissão de Política Econômica. **2. Expediente.** *2.1. Ata da Sessão anterior: 751ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizada nos dias 08 e 09 de maio de 2026;* a minuta foi apreciada e aprovada por unanimidade. *2.2. Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos;* Informes da Presidência. **Presidenta.** A Presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, participou dos seguintes eventos institucionais:- 25 a 27 de maio – 4º Congresso Nacional das Assessorias Jurídicas de Conselhos e Ordens Profissionais, realizado na sede da OAB-MG, em Belo Horizonte/MG; - 29 a 31 de maio – 6º Seminário dos Estudantes de Ciências Econômicas e Relações Econômicas Internacionais, em Belo Horizonte/MG; - 03 de junho – Seminário Regional de Economia de Fronteira e Desenvolvimento Sustentável, realizado em formato virtual; - 18 e 19 de junho – IV Seminário Nacional Mulher Economista e Diversidade, em Manaus/AM. **Vice-Presidência.** O Vice-Presidente do Cofecon, João Manoel Gonçalves Barbosa, participou: - 26 de maio – 126ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas, em Brasília/DF. **Participação de Conselheiros e Colaboradores.** No período, conselheiros federais e colaboradores representaram o Cofecon em diversos eventos e atividades institucionais, destacando-se:- 13 de maio – Conferência Estratégica "Avaliação de Custo-Benefício e Políticas Públicas Baseadas em Evidências", em Brasília/DF, com participação do Conselheiro Federal José Luiz Pagnussat;- 15 de maio – Solenidade de Posse da Diretoria para o triênio 2026-2029, em Brasília/DF, representada pelo Conselheiro Federal Júlio Miragaya; - 18 de maio – Solenidade em homenagem ao Dia do Analista de Valores Mobiliários, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com participação do economista Haroldo da Silva,

Presidente do Corecon-SP;- 20 de maio – Reunião Ordinária do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), realizada virtualmente, com participação da Conselheira Federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva; - 25 a 27 de maio – 4º Congresso Nacional das Assessorias Jurídicas de Conselhos e Ordens Profissionais, em Belo Horizonte/MG, representado pela Superintendente Aline Tales Ferreira e pelo Procurador-Geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves; - 26 de maio – Cerimônia de Posse da Diretoria da Academia Nacional de Economia, no Rio de Janeiro/RJ, com participação do Conselheiro Federal Wellington Leonardo da Silva; - 27 de maio – Visita institucional da Univille ao Cofecon; - 03 de junho – Seminário Regional de Economia de Fronteira e Desenvolvimento Sustentável, em Rio Branco/AC, com participação dos Conselheiros Federais Júlio Miragaya, Noel Leite da Silva e Paulo Dantas da Costa; - 10 de junho – Sessão Solene Conjunta do Congresso Nacional para lançamento da Agenda Legislativa Mulheres do Brasil, com participação da economista Maria Cristina de Araújo; - 10 a 14 de junho – Festival Nacional de Economia Popular e Solidária, no Rio de Janeiro/RJ, representado pelo Conselheiro Federal Sérgio Roberto Rodrigues; - 15 de junho – Cerimônia de abertura do I Colóquio de História Econômica da Amazônia, representada pelo Conselheiro Federal Kleber Antonio da Costa Mourão; - 16 de junho – Solenidade de Posse da Diretoria eleita para o triênio 2026-2029, com participação do Conselheiro Federal Pedro Afonso Gomes; - 17 de junho – Oficina de Trabalho "Hierarquia das Moedas, Bancos e Pagamentos em Moedas Locais", promovida pelo Ipea, representada pela economista Luciana Acioly da Silva, Presidenta do Corecon-DF; - 17 de junho – Seminário Internacional sobre Combate à Desertificação: Desafios Científicos e Tecnológicos, promovido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados, com participação da economista Maria Cristina Araújo. **Artigos da Presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira.** A Presidenta do Cofecon Tania Cristina Teixeira publicou os seguintes artigos: - 07 de maio – Começa a transição da reforma tributária do consumo, publicado na Gazeta do Povo; - 29 de maio – Violência de gênero: 19 anos da Lei Maria da Penha e o alto custo para o Brasil, publicado no Jornal Brasil. **Participação de Economistas na Imprensa.** - 08/05 – O Brasilianista: Inadimplência recorde entre empresas pode provocar crise de crédito no Brasil? – com participação de Pedro Afonso Gomes; - 08/05 – Veja: Uso do FGTS no Desenrola 2.0 divide especialistas; entenda os riscos e vantagens – com participação de Gustavo Casseb Pessoti; - 12/05 – Correio 24 Horas: Como usar o FGTS para quitar dívidas no Novo Desenrola; - 12/05 – Monitor Mercantil: Choque de oferta e desaceleração do índice marcam inflação de abril – com participação de Róridan Duarte; - 13/05 – Portal Brasília Capital: O Master e Brasília – artigo de Júlio Miragaya;- 13/05 – Jovem Pan News: Inflação desacelera e fica em 0,67% em abril – com participação de Róridan Duarte; - 15/05 – O Brasilianista: Como funcionava o modelo de negócios do Master? Com participação de Pedro Afonso Gomes;- 15/05 – Rádio Sputnik: Dica de Milhões – Ana Cláudia Arruda fala sobre participação feminina nos investimentos; - 21/05 – CartaCapital: Prêmio ao ócio – Artigo de Antonio Corrêa de Lacerda;- 22/05 – Agemt: A retomada do cigarro tradicional e o avanço dos eletrônicos – com participação de Claudemir Galvani; - 26/05 – Bancários CGR (em parceria com o Jornal GGN): Salário insuficiente empurra famílias para o endividamento estrutural no Brasil – com participação de Lucia dos Santos Garcia; - 28/05 – O Brasilianista: "Se um terço da renda dos brasileiros vai para dívidas, a economia cresce menos — e cresce pior", diz especialista – com participação de Janine Alves; - 29/05 – Correio Braziliense: Novas regras do FGC freiam CDBs acima da média e reforçam segurança – com participação de Pedro Afonso Gomes; - 02/06 – UOL: Como classificação de terroristas para CV e PCC

impacta economia nacional – com participação de Antonio Corrêa de Lacerda; - 02/06 – CNN Brasil: Juros adiam o sonho do primeiro imóvel – com participação de Odilon Guedes; - 08/06 – CartaCapital: Tarifaço político – com participação de Antonio Corrêa de Lacerda; - 09/06 – Portal Portas: Poupança para financiamento imobiliário fica no azul pelo segundo mês e sinaliza alívio no funding do crédito – Com participação de Odilon Guedes; - 09/06 – Portal Brasília Capital: Conexões da fronteira amazônica – artigo de Júlio Miragaya; - 11/06 – Rádio Guaíba: Analistas consideram que fatores externos vão pressionar IPCA de maio – com participação de Róridan Duarte; - 11/06 – ND Notícias: Exportações de SC são afetadas por veto da União Europeia – com participação de Janine Alves; - 14/06 – O Popular: Jornada menor: o Brasil está Pronto? – Artigo de Kerssia Preda Kamenach. **Divulgação Institucional.** As ações promovidas pelo Cofecon tiveram ampla repercussão na mídia, com destaque para: - O **Seminário Nacional de Economia Solidária**, amplamente divulgado por veículos especializados e regionais; O **IV Seminário Nacional Mulher Economista e Diversidade**, realizado em Manaus/AM, divulgado nos sites e redes sociais: Instagram, portal AM hoje, amazoniapress, Mario Adolfo, a crítica, e O **Desafio Quero Ser Economista**, cuja divulgação alcançou instituições de ensino, veículos de comunicação e organizações em diversas regiões do país, ampliando o alcance da iniciativa junto aos estudantes do ensino médio, divulgação nos sites e redes sociais: terra santa notícias, jornal de barretos, o diário online, cn1, digai feira, o sistema é bruto, fala Paulo Afonso, diga bahia, site tribuna, blog do Gusmão, portal 6 entre outros. **4. Ordem do Dia.** *4.1. Decisão Ad Referendum do Plenário: Resolução nº 2.199, de 12 de maio de 2026 - Regulamenta a implementação do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e a gestão dos fatores de riscos psicossociais relacionados à segurança e saúde do trabalho no âmbito do Conselho Federal de Economia - Cofecon, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), e dá outras providências.* Relatora: Econ. Tania Cristina Teixeira, presidenta do Cofecon apresentou o item, destacando a necessidade de decisão *ad referendum*, a qual foi posteriormente aprovada pelo Plenário. *4.2. Decisão Ad Referendum do Plenário: Resolução nº 2.200, de 19 de maio de 2026 - Altera as datas de realização do 11º Desafio Quero Ser Economista - 2026 e da XV Gincana Nacional de Economia - 2026.* Relatora: Econ. Tania Cristina Teixeira, presidenta do Cofecon apresentou o item, destacando a necessidade de decisão *ad referendum*, a qual foi posteriormente aprovada pelo Plenário. **5. Processos Administrativos e Contábeis.** 5.1. Processos Contábeis. A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou o Processo SEI nº 141113.000112/2026-62 (Corecon-AM/RR), referente à Reformulação Orçamentária de 2026, manifestando-se pela sua homologação. Colocado em votação, o processo foi aprovado. Na sequência, foram apresentados, para homologação, os Balancetes do 1º trimestre de 2026 dos Conselhos Regionais de Economia, sem ressalvas. A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou os Processos SEI nº 141113.000113/2026-15 (Corecon-AM/RR), nº 141122.000055/2026-11 (Corecon-PI), nº 141105.000194/2026-44 (Corecon-BA) e nº 141117.000095/2026-23 (Corecon-ES). Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou os Processos SEI nº 141107.000071/2026-93 (Corecon-SC) e nº 141102.003269/2026-79 (Corecon-SP). Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. A conselheira federal Janine da Silva Alves Bello apresentou os Processos SEI nº 141106.000255/2026-63 (Corecon-PR), nº 141104.000145/2026-11 (Corecon-RS), nº 141110.000264/2026-95 (Corecon-MG) e nº 141101.000574/2026-19 (Corecon-RJ). Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. O conselheiro federal Paulo Hermance

Paiva apresentou os Processos SEI nº 141124.000080/2026-76 (Corecon-RO/AC), nº 141109.000081/2026-17 (Corecon-PA/AP), nº 141114.000054/2026-67 (Corecon-MT), nº 141125.000037/2026-09 (Corecon-TO), nº 141103.000292/2026-00 (Corecon-PE) e nº 141119.000138/2026-51 (Corecon-RN). Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. Por fim, a conselheira federal Fabíola Andréa Leite de Paula apresentou voto pela aprovação do Processo SEI nº 141115.000036/2026-75 (Corecon-MA). Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foram apresentados os Balancetes do 1º trimestre de 2026 dos Conselhos Regionais de Economia, com ressalvas. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou o Processo SEI nº 141111.000069/2026-55 (Corecon-DF), referente à entrega fora do prazo, em 25/05/2026. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a conselheira federal Fabíola Andréa Leite de Paula apresentou o Processo SEI nº 141112.000002/2026-19 (Corecon-AL), referente à entrega fora do prazo, em 21/05/2026. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. Por fim, em relação à Prestação de Contas de Auxílio Financeiro, a conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou voto pela aprovação do Processo SEI nº 141117.000016/2026-84 (Corecon-ES), no valor de R$ 6.703,92. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. **5.2. Processos de Fiscalização e Registro Profissional. Recurso de Cancelamento de Registro.** A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou os Processos SEI nº 141102.000875/2025-51 (Corecon-SP), de interesse de Palomar – Consultoria Financeira e Administração Empresarial Ltda.; nº 141101.000171/2025-99 (Corecon-RJ), de interesse de Arieira Assessoria Econômica-Financeira S/S; e nº 141102.001332/2025-51 (Corecon-SP), de interesse de Reef Gestão de Investimentos Ltda., manifestando-se pelo conhecimento dos recursos e, no mérito, pelo não provimento. Após os relatos, os processos foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. Na sequência, o conselheiro federal Carlos Magno Andrioli Bittencourt relatou os Processos SEI nº 141102.000377/2025-17 (Corecon-SP), de interesse de Eduardo Luiz Wurzmann; nº 141111.000160/2025-90 (Corecon-DF), de interesse de Eduardo Machado Corrêa; e nº 141102.003338/2025-63 (Corecon-SP), de interesse de Genesis do Brasil Investment Management Ltda., manifestando-se pelo conhecimento dos recursos e, no mérito, pelo não provimento. Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. Em seguida, a conselheira federal Janine da Silva Alves Bello relatou os Processos SEI nº 141102.000835/2025-18 (Corecon-SP), de interesse de Dna Capital Consultoria Ltda.; nº 141102.005580/2025-71 (Corecon-SP), de interesse de I9 Advisory Consultoria Ltda.; e nº 141102.000267/2024-66 (Corecon-SP), de interesse de VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., manifestando-se pelo conhecimento dos recursos e, no mérito, pelo não provimento. Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. O conselheiro federal Gustavo Casseb Pessoti relatou os Processos SEI nº 141111.000161/2025-34 (Corecon-DF), de interesse de Amanda de Almeida Ramos, e nº 141111.000416/2024-88 (Corecon-DF), de interesse de Alexandre Lauri Henriksen, manifestando-se pelo conhecimento dos recursos e, no mérito, pelo não provimento. Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. Por fim, o conselheiro federal Paulo Hermance Paiva apresentou os Processos SEI nº 141102.000246/2024-41 (Corecon-SP), de interesse de Francisco Daneluzzi Barone; nº 141100.000205/2025-55 (Corecon-RJ), de interesse de Felipe Siqueira Coelho P.; e nº 141101.000172/2025-33 (Corecon-RJ), de interesse de Pedro La Croix Arieira, manifestando-se pelo conhecimento dos recursos e, no mérito, pelo não provimento. Colocados em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. **Recurso de**

Remissão de Débitos. A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou o Processo SEI nº 141101.000137/2025-14 (Corecon-RJ), de interesse de Robert Kenneth Blocker, manifestando-se pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo não provimento. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. O conselheiro federal Carlos Magno Andrioli Bittencourt apresentou o Processo SEI nº 141102.000559/2025-80 (Corecon-SP), de interesse de Ricardo Froes Alves Ferreira, manifestando-se pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo não provimento. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. **Recurso de Obrigatoriedade de Registro.** A conselheira federal Janine da Silva Alves Bello relatou o Processo SEI nº 141101.000050/2025-47 (Corecon-RJ), de interesse de Érico de Mello Penteado, manifestando-se pelo não provimento do recurso de obrigatoriedade de registro. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. O conselheiro federal Gustavo Casseb Pessoti relatou o Processo SEI nº 141102.000894/2025-88 (Corecon-SP), de interesse de Matheus Augusto Alves de Oliveira, manifestando-se pelo não provimento do recurso de obrigatoriedade de registro. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. O conselheiro federal Paulo Hermance Paiva relatou o Processo SEI nº 141102.000393/2025-00 (Corecon-SP), de interesse de Enzo Soares Tellaroli, manifestando-se pelo não provimento do recurso de obrigatoriedade de registro. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. Durante a apreciação do Processo SEI nº 141101.000172/2025-33 (Corecon-RJ), de interesse de Pedro La Croix Arieira, referente a recurso de cancelamento de registro, foi suscitada discussão acerca da alteração contratual da empresa Arieira Assessoria Empresarial e Treinamento S/S e da adoção do CNAE 7020-4/00, relativo a atividades de consultoria em gestão empresarial. O relator esclareceu que, embora o recorrente alegasse que a pessoa jurídica não exerceria mais atividades relacionadas à área econômica, após a alteração contratual a empresa passou a adotar, entre outros, o referido CNAE, que contempla atividades diretamente relacionadas às áreas de economia e finanças e inerentes ao exercício profissional do economista. Durante a discussão, foram levantados questionamentos acerca da abrangência do referido CNAE, tendo em vista que ele contempla diversas atividades de consultoria empresarial e pode abranger atividades relacionadas a diferentes categorias profissionais. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes esclareceu que já havia encaminhado à Presidência estudo sobre o tema, destacando que o CNAE 7020-4/00 contempla diversas atividades relacionadas à economia e que a utilização dessa classificação tem gerado dúvidas e conflitos com outros conselhos profissionais, especialmente o Conselho Federal de Administração. Ressaltou, ainda, a necessidade de o Cofecon promover esclarecimentos e orientações aos Conselhos Regionais de Economia acerca da matéria. Outros conselheiros destacaram que a abrangência do CNAE tem ocasionado dificuldades para as empresas de consultoria, inclusive em razão de exigências para emissão de notas fiscais e de orientações recebidas de contadores e de outros conselhos profissionais, sendo sugerida a realização de estudo mais aprofundado sobre o tema, bem como a elaboração de orientação normativa para uniformizar os procedimentos dos Conselhos Regionais. A Presidência ressaltou a importância de reafirmar as atribuições próprias do economista e de estabelecer posicionamento institucional claro acerca da matéria, considerando os conflitos existentes com os Conselhos de Administração e de Contabilidade e a necessidade de fortalecer a atuação do Sistema Cofecon/Corecons na defesa das prerrogativas profissionais dos economistas. Foi destacada, ainda, a conveniência de envolver as Comissões de Mercado de Trabalho e de Normas na discussão, bem como de promover articulação com os Conselhos Regionais e, se necessário, com outras instituições, a fim

de buscar uma solução para a utilização do CNAE e seus impactos sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas. Na sequência, foram levantados questionamentos quanto à existência de outros elementos no processo que comprovassem o efetivo exercício de atividades relacionadas à economia, independentemente da classificação pelo CNAE. O relator esclareceu que o processo registra que o recorrente exerce a função de sócio e de economista responsável técnico da empresa. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes destacou que, enquanto a empresa permanecer registrada e o profissional figurar como responsável técnico, não haveria, em princípio, razão para o cancelamento do registro, ressaltando que o objeto social, isoladamente, não deve ser considerado determinante para a análise da atividade efetivamente exercida pela empresa. Também relatou experiências anteriores envolvendo alterações de objeto social por empresas registradas nos Conselhos Regionais e situações de fiscalização promovidas por outros conselhos profissionais em relação a economistas, defendendo uma atuação mais firme do Sistema Cofecon/Corecons na defesa das atribuições profissionais. A Presidência ressaltou que a discussão evidencia a necessidade de uma atuação institucional organizada e fundamentada, considerando o aumento de processos de cancelamento de registros de empresas e profissionais que exercem atividades relacionadas à economia, especialmente nos Corecons de São Paulo e do Rio de Janeiro. Destacou, ainda, que os Conselhos Regionais estão sujeitos a pressões e questionamentos semelhantes e que, por essa razão, é necessário estabelecer orientação clara e segura para a atuação do Sistema. Foi sugerido o encaminhamento de orientação aos Conselhos Regionais acerca da matéria, após a realização de estudo técnico e jurídico mais aprofundado, bem como a possibilidade de consulta aos órgãos competentes para obtenção de posicionamento mais específico sobre a classificação das atividades econômicas. Também foi mencionada a necessidade de articulação com o Sebrae e de avaliação dos impactos fiscais decorrentes da classificação pelo CNAE. Após os esclarecimentos, o conselheiro federal Gustavo Casseb Pessoti, que havia manifestado intenção de se abster em razão das dúvidas suscitadas sobre a abrangência do CNAE, declarou que, diante dos esclarecimentos prestados durante a discussão, retirava sua posição de abstenção e acompanharia o voto do relator. A Presidência ressaltou a relevância da discussão e propôs que a matéria fosse aprofundada no âmbito das comissões competentes e posteriormente apresentada aos Conselhos Regionais, com o objetivo de uniformizar o entendimento e evitar decisões divergentes. Encerrada a discussão, os Processos SEI nº 141102.000246/2024-41, nº 141100.000205/2025-55 e nº 141101.000172/2025-33, relatados pelo conselheiro federal Paulo Hermance Paiva, foram colocados em votação, tendo os respectivos votos pelo conhecimento dos recursos e, no mérito, pelo não provimento, sido aprovados por unanimidade. Na sequência, o último processo relatado também foi colocado em votação, sendo o voto do relator aprovado por unanimidade. Ficou acordado que a discussão sobre os demais processos e a matéria relativa ao item 5.3 seriam retomadas na reunião seguinte. *(áudio, manhã, 20.06.2026 – 00:06:12 – 03:09:42).* Às dez horas e trinta e cinco minutos presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, deu continuidade ao segundo dia de reunião. **5.3. Processos de Auxílio Financeiro. Auxílios financeiros condicionados ou com ressalvas.** Dando prosseguimento à pauta, a Presidência informou que seria apreciado o relato da Comissão de Educação, passando a palavra à conselheira federal Kerssia Preda Kamenach e aos demais membros da Comissão. Na sequência, seriam apresentados os relatos das demais comissões, que não haviam sido apreciados na sessão anterior em razão do tempo disponível. Ressaltou-se, inicialmente, a importância de concluir a apreciação dos processos de auxílio financeiro. Antes do início do relato, a conselheira Denise Kassama Franco do Amaral solicitou a palavra para agradecer a presença dos Conselheiros e demais

participantes no Estado do Amazonas. Manifestou sua satisfação em receber o Conselho Federal de Economia e destacou a hospitalidade característica dos amazonenses e nortistas. Pediu desculpas por eventuais contratempos ocorridos durante a programação, ressaltando que foram envidados esforços para proporcionar a melhor recepção possível. A Conselheira Denise Kassama destacou, ainda, que sua relação com muitos dos Conselheiros ultrapassa o âmbito institucional, tendo se transformado em uma relação de amizade. Agradeceu a presença de todos e manifestou o desejo de que retornassem ao Amazonas não apenas para eventos institucionais, mas também para futuras atividades que pudessem ser realizadas no Estado. Na oportunidade, foi mencionado o convite para que os participantes conhecessem a indústria local, especialmente o setor concentrado, tendo sido sugerida a organização de uma agenda específica para essa visita. Em seguida, a Presidência agradeceu à conselheira Denise Kassama, ao Corecon-AM e a todos os servidores e colaboradores envolvidos pela acolhida e pela organização das atividades realizadas no Amazonas. Na sequência, a conselheira federal Kerssia Preda Kamenach iniciou o relato dos processos de auxílio financeiro, cumprimentando os participantes presentes e aqueles que acompanhavam a sessão por meio da transmissão ao vivo. *Processo SEI nº 141100.000066/2026-41, Assunto: Alteração da forma de concessão do Auxílio Financeiro do 64º Congresso da SOBER.* A conselheira federal Kerssia Preda Kamenach informou que o primeiro processo se referia a pedido de alteração do objeto de auxílio financeiro anteriormente aprovado pelo Plenário em favor da Sociedade Brasileira de Economia Rural (SOBER). Esclareceu que o auxílio havia sido aprovado para despesas com passagens e diárias, mas a instituição solicitava a substituição dessas despesas por gastos relacionados à segurança e a taxas do Corpo de Bombeiros. A relatora informou que havia consultado o setor jurídico acerca da possibilidade de utilização dos recursos para esse tipo de despesa. Segundo o entendimento apresentado, a resolução vigente contempla, em seu rol de despesas passíveis de financiamento, outras despesas relacionadas à realização dos eventos. Contudo, considerando a natureza específica das taxas do Corpo de Bombeiros e a necessidade de estabelecer critérios objetivos para a utilização dos recursos do Cofecon, manifestou-se pelo indeferimento da alteração solicitada, mantendo-se a destinação anteriormente aprovada pelo Plenário. Após as manifestações, a relatora reafirmou seu voto pelo indeferimento do pedido de substituição das despesas com passagens e hospedagem por despesas relacionadas à segurança e às taxas do Corpo de Bombeiros, mantendo-se a destinação anteriormente aprovada. A presidência submeteu o voto à apreciação do Plenário. Não havendo manifestação contrária, o voto da relatora foi aprovado por unanimidade. *Processo nº 141100.000024/2026-18 (ABEIN), Auxílio Financeiro: X- ENEI 2026.* Na sequência, a conselheira federal Kerssia Preda Kamenach relatou o processo referente ao pedido de auxílio financeiro para a realização do Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação. Informou que o evento estava previsto para ocorrer entre os dias 19 e 22 de maio, enquanto o pedido de auxílio financeiro somente foi protocolado em 10 de maio, após a realização da reunião plenária de maio, impossibilitando a apreciação tempestiva do processo. Considerando, ainda, que o evento já havia sido realizado, a Relatora apresentou voto pelo indeferimento integral do pedido. Submetido à votação, não havendo manifestação contrária, o voto foi aprovado por unanimidade. **Auxílios Financeiros Condicionados ou com ressalvas.** *Processo 141112.000001/2026-66 (Corecon-AL), Auxílio Financeiro XIV Prêmio de Estímulo ao Estudante de Economia – 2026, Valor Aprovado: R$ 4.000,00.* A conselheira federal Kerssia Preda Kamenach relatou o pedido de auxílio financeiro apresentado pelo Corecon-AL para a premiação dos três primeiros colocados na categoria Monografia do Prêmio de Estímulo à Categoria e aos Estudantes de Economia. O Corecon-AL solicitou auxílio no valor de R$ 4.000,00. A relatora informou que o Cofecon tem tradicionalmente apoiado os Conselhos Regionais na realização de premiações de monografias. Manifestou-se, portanto, pelo deferimento do pedido, condicionado ao saneamento das pendências apontadas no parecer jurídico, especialmente quanto à comprovação da divulgação do prêmio, conforme as exigências previstas na regulamentação

aplicável. Durante a discussão, o conselheiro federal Pedro Afonso Gomes ponderou que a exigência de publicação em jornal de grande circulação poderia, em determinados casos, inviabilizar financeiramente a realização dos concursos de monografia, especialmente em Estados com número reduzido de cursos de Economia. Sugeriu que, no caso do Corecon-AL, fosse considerada a possibilidade de substituição da publicação em jornal por comunicação formal dirigida às instituições de ensino superior que oferecem o curso de Economia, de modo a garantir a divulgação do certame sem impor custo desproporcional ao Conselho Regional. A presidência acolheu a sugestão e propôs que o Presidente do Corecon-AL apresente manifestação formal no processo, esclarecendo a realidade local e justificando a eventual impossibilidade ou desnecessidade de publicação em jornal de grande circulação. Foi ressaltada, ainda, a conveniência de que a questão seja avaliada de forma mais ampla, inclusive para os demais Conselhos Regionais, a fim de estabelecer procedimento uniforme e compatível com a finalidade da exigência de publicidade. O encaminhamento foi acolhido, ficando consignada a necessidade de instrução do processo com justificativa formal do Corecon-AL quanto à forma de divulgação adotada. *Processo nº 141100.000124/2026-36 (ECOECO), Auxílio Financeiro: ECOECO 2026 – UFOPA, Valor Solicitado: R$ 10.000,00.* Na sequência, a Conselheira Kerssia Preda Kamenach relatou o pedido de auxílio financeiro apresentado pela Sociedade Brasileira de Economia Ecológica para a realização de evento em Maceió, Alagoas, destinado à discussão de temas relacionados à economia ecológica e à sustentabilidade. A instituição havia solicitado auxílio no valor de R$ 10.000,00. Conforme o parecer jurídico, seria possível o deferimento parcial do pedido, observados os limites estabelecidos na regulamentação do Cofecon, no valor de R$ 6.703,92, condicionado à apresentação de apoio formal de, pelo menos, um Conselho Regional de Economia. Durante a discussão, foi informado que o Cofecon se encontrava em tratativas para a celebração de termo de cooperação com a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Também foi esclarecido que representantes do Cofecon participariam do evento, inclusive em mesa de debates. A Presidência ressaltou que eventual auxílio financeiro destinado ao evento não deveria ser confundido com o custeio de diárias e passagens dos representantes do Cofecon, despesas estas que seriam de responsabilidade do próprio Conselho quando relacionadas à participação institucional. Diante da necessidade de esclarecimento quanto à finalidade específica do recurso solicitado e considerando que o evento somente ocorreria no mês de dezembro, foi deliberada a retirada do processo de pauta, para posterior reapresentação após os devidos esclarecimentos e adequações. Ficou registrado que a matéria poderá retornar à apreciação do Plenário em momento oportuno, após a complementação das informações necessárias. *Processo 141125.000039/2026-90 (Corecon-TO), Auxílio Financeiro: 13º Prêmio de Monografia, Valor Aprovado: R$ 6.000,00.* Na sequência, foi relatado o pedido de auxílio financeiro apresentado pelo Corecon-TO para a realização de seu Prêmio de Monografia, no valor de R$ 6.000,00. A relatora informou que o pedido se enquadra em modalidade de apoio que o Cofecon tradicionalmente concede aos Conselhos Regionais, mas ressaltou a necessidade de comprovação da divulgação do certame, conforme as exigências regulamentares. Manifestou-se pelo deferimento do pedido, condicionado à apresentação da documentação comprobatória exigida. *Processo 141110.000287/2026-08 (Corecon- MG), Auxílio Financeiro: VI Seminário Estudantes, Valor Aprovado: R$ 6.703,92.* Por fim, a conselheira federal Kerssia Preda Kamenach relatou o pedido de auxílio financeiro apresentado pelo Corecon-MG para a realização do VI Seminário dos Estudantes de Economia e Relações Econômicas Internacionais, a ser realizado em Belo Horizonte, com foco em políticas de trabalho, políticas públicas e sustentabilidade. O Corecon-MG solicitou auxílio no valor de R$ 8.000,00. A Relatora informou que a documentação necessária havia sido apresentada e que o processo contava com os respectivos pareceres jurídico e contábil. Considerando, entretanto, os limites estabelecidos pela regulamentação do Cofecon, a Relatora propôs o deferimento parcial do pedido, no valor de R$ 6.703,92. Submetida a matéria à apreciação do Plenário, o encaminhamento

foi acolhido. Nada mais havendo a tratar quanto aos processos relatados pela Comissão de Educação, a Presidência deu prosseguimento à pauta. *3.3. Informes dos conselheiros federais; 3.4. Informes das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos do Cofecon.* Dando continuidade aos trabalhos, a Presidência concedeu a palavra ao Conselheiro Odilon, que solicitou a inversão da pauta, em razão de sua condição de decano e da necessidade de apresentar dois temas considerados fundamentais para o Conselho. **Comissão de Economia do Setor Público.** O coordenador Odilon Guedes Pinto Júnior apresentou as atividades da Comissão de Economia do Setor Público, destacando que o papel da Comissão é defender a importância do Estado brasileiro sob as perspectivas econômica e social, sem vinculação ou apoio a qualquer governo. Como exemplos da relevância da atuação estatal, mencionou o papel do BNDES no financiamento das exportações da Embraer, da Embrapa no desenvolvimento de tecnologias e sementes que possibilitaram a expansão da produção agrícola no Centro-Oeste, e do Banco do Brasil no financiamento do Plano Safra. Destacou, ainda, a importância histórica de instituições como BNDES, IBGE, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Embrapa e Petrobras. Nesse contexto, informou que está sendo elaborada, juntamente com integrantes da Comissão, proposta de criação de um boletim informativo destinado a apresentar, de forma objetiva, o papel das empresas e instituições públicas, demonstrando os resultados e impactos dos investimentos públicos. Ressaltou que a iniciativa pretende contribuir para qualificar o debate público acerca da importância do Estado brasileiro. Foi destacado, ainda, que o investimento público produz retornos econômicos e sociais relevantes, sendo citados como exemplo os resultados obtidos com investimentos em pesquisa e extensão. Na sequência, o coordenador apresentou a proposta de desenvolvimento da campanha **"Orçamento Público e Transparência Popular"**, ressaltando a necessidade de ampliar o conhecimento da sociedade, inclusive dos economistas, acerca dos orçamentos federal, estadual e municipal. Informou que a iniciativa deverá ser desenvolvida em parceria com os Conselhos Regionais de Economia, tendo como referência experiências já realizadas em diferentes estados e municípios. Relatou, ainda, contatos e articulações realizados com Conselhos Regionais para a implementação da campanha, destacando a importância da participação dos Conselheiros Federais na mobilização de seus respectivos Regionais. Ressaltou que a iniciativa poderá contribuir para a divulgação da importância do Sistema Cofecon/Corecons perante a sociedade e para o fortalecimento da atuação dos economistas no setor público.A presidência observou que a proposta do boletim constitui iniciativa nova em relação ao plano de trabalho anteriormente apresentado e que possui interface direta com a Comissão de Comunicação. Recomendou, portanto, que sejam realizadas tratativas entre as Comissões para definir o formato, periodicidade e conteúdo da publicação. O encaminhamento foi acolhido. **Comissão de Tomada de Contas.** Em seguida, foi concedida a palavra à presidenta da comissão Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, que apresentou breve relato da Comissão de Tomada de Contas. Informou que os processos da Comissão foram analisados e que estão sendo realizadas reuniões ordinárias mensais, além de reuniões extraordinárias quando necessário. Registrou a previsão de reunião extraordinária no dia 29, destinada à análise da situação do Corecon de Sergipe. A relatora informou, ainda, que, a partir do segundo semestre, a Comissão pretende implementar ações previstas em seu plano de trabalho, buscando maior integração com outras Comissões, especialmente com a Comissão de Fiscalização, com o objetivo de ampliar a atuação junto aos Corecons e prevenir problemas futuros, sobretudo nos Conselhos Regionais de menor estrutura. **Comissão de Política Econômica,** o coordenador Antonio Corrêa de Lacerda relatou as atividades da Comissão de Política Econômica, destacando a realização de evento com a participação de Otaviano Canuto. Informou, ainda, que a Comissão vem se manifestando sobre temas relevantes desde a última sessão plenária, com a participação da Presidência, Vice-Presidência, Conselheiros e demais integrantes da Comissão, em conformidade com o plano de trabalho aprovado. **Comissão de Comunicação.** A coordenadora Flávia Vinhaes Santos apresentou informe acerca de contato

realizado pelo Presidente do IBGE, professor Márcio Pochmann, com a Presidência do Cofecon, para divulgação de publicação sobre indicadores econômicos. Informou que o IBGE vem tradicionalmente divulgando indicadores sociais e que, nos últimos anos, passou também a consolidar e analisar indicadores econômicos. Registrou que a nova publicação reúne treze indicadores econômicos e que a Presidência do Cofecon foi convidada para participar do lançamento, previsto para ocorrer no Rio de Janeiro. Ressaltou a importância da participação do Sistema Cofecon/Corecons na iniciativa. Na sequência, a coordenadora da comissão de comunicação e eventos do Cofecon, Renata Reis Almeida apresentou a proposta de comemoração dos **75 anos do Cofecon**, denominada **"Jubileu de Diamante"**. Explicou que a programação terá caráter institucional, com o objetivo de resgatar a memória histórica do Conselho, produzir conhecimento e destacar a contribuição dos economistas e do Sistema Cofecon/Corecons. A programação deverá ocorrer entre agosto e novembro, contemplando, entre outras ações, a campanha **"75 anos, 75 contribuições"**, com divulgação de conteúdos relacionados ao planejamento econômico, desenvolvimento regional, inovação, sustentabilidade, inclusão e educação. Também está prevista a produção de conteúdo especial para o Dia do Economista, em 13 de agosto, além de debates e ações em parceria com as Comissões de Política Econômica e Mulher Economista e Diversidade. Foi informado, ainda, que as ações dos Corecons relacionadas às comemorações serão divulgadas nos canais de comunicação do Cofecon, fortalecendo a integração e a parceria entre os Conselhos. Como encerramento da programação, está prevista a realização de sessão solene na Câmara dos Deputados e o lançamento de publicação comemorativa dos 75 anos do Cofecon, contemplando a trajetória histórica da instituição, com destaque para os últimos quinze anos. Também foi apresentada a proposta de criação da **Biblioteca do Economista**, no espaço localizado no quinto andar da sede do Cofecon, destinada a reunir publicações do Conselho, obras de instituições parceiras e livros doados e recomendados por integrantes do Sistema. Os Conselheiros foram convidados a contribuir com a formação do acervo. Durante os debates, foi ressaltada a importância de que a publicação comemorativa contemple não apenas o resgate da memória institucional, mas também uma perspectiva de futuro e de aproximação com as novas gerações de economistas. Foram apresentadas sugestões para o aprimoramento dos eixos temáticos da programação, incluindo a relação entre planejamento econômico e papel do Estado, bem como a redução das desigualdades e a presença e contribuição das mulheres na ciência econômica. O conselheiro Pedro Afonso Gomes sugeriu que, além da programação prevista entre agosto e novembro, fosse realizada uma ação específica em **15 de dezembro**, data de instalação do Cofecon, em 1951, considerando a importância de marcar os 75 anos da instituição. A presidência acolheu a sugestão e informou que será analisada a possibilidade de realização de evento presencial ou de outra atividade institucional, considerando o calendário de dezembro. Também foi ressaltada a importância da divulgação da data para a sociedade. Foi igualmente destacada a possibilidade de participação dos Conselheiros na construção da publicação comemorativa, mediante o fornecimento de registros e informações relacionadas à memória do Cofecon. Sugeriu-se, ainda, que documentos e publicações históricas sejam disponibilizados no espaço de memória localizado no quinto andar da sede. **Comissão de Normas e Fiscalização** O coordenador Pedro Afonso Gomes apresentou relato sobre o Projeto Nacional de Recuperação de Anuidades, informando que foram realizadas três reuniões virtuais com representantes dos Corecons, com participação de Presidentes, Conselheiros e funcionários. Na primeira reunião, foi apresentada a estratégia prevista no Ofício nº 61/2026; na segunda, houve troca de experiências entre os Corecons; e, na terceira, foi apresentado um plano nacional de arrecadação, com etapas e orientações para que cada Conselho Regional desenvolva seu próprio plano de recuperação de anuidades. Informou que o Cofecon assumirá a coordenação das ações, oferecendo informações e esclarecendo dúvidas dos Corecons, com o objetivo de contribuir para a redução dos índices de inadimplência. **Grupo de Trabalho Atualização da Legislação Profissional do Economista.** O

vice-coordenador Pedro Afonso Gomes informou, ainda, que o grupo responsável pela atualização normativa vem trabalhando em conjunto com representantes do Conselho Federal de Contabilidade em relação ao PL nº 3.178/2024 e ao PL nº 2.468/2021. Relatou que estão sendo realizadas reuniões para construção e aperfeiçoamento da redação dos projetos, especialmente quanto à definição das atribuições profissionais dos economistas. Informou que estão sendo elaboradas quinze normas técnicas relacionadas às atividades dos economistas previstas no PL nº 3.178/2024. Também foram abordadas questões relativas à participação feminina nos Corecons, à situação de dirigentes sindicais, às atividades de corretoras de valores, à flexibilização do valor da hora técnica e à possibilidade de concessão de tratamento humanitário para profissionais sem condições de arcar com determinadas taxas. A presidência destacou, ainda, o trabalho relacionado à arrecadação, ao registro e à fiscalização, desenvolvido em conjunto com o Conselho Consultivo e outras áreas do Cofecon, bem como a atuação referente à definição das diárias e às tratativas junto ao Tribunal de Contas da União, defendendo a manutenção dos valores atuais mediante a demonstração das despesas efetivamente realizadas pelos Conselheiros. Foi solicitado que a discussão acerca da participação das mulheres nos Conselhos Regionais fosse retomada ao final da plenária, para avaliação da necessidade de elaboração de resolução específica ou de recomendação aos Corecons. Também foi sugerido que a Comissão de Normas avaliasse mecanismos destinados a ampliar a representação de pessoas negras e de outros grupos sub-representados nos Conselhos. A sugestão foi acolhida, ficando registrado que a questão da diversidade será objeto de discussão mais aprofundada. **Comissão Mulher Economista e Diversidade.** A coordenadora Teresinha de Jesus Ferreira da Silva relatou as atividades da Comissão Mulher Economista e Diversidade, destacando a realização de evento anual, desenvolvido em parceria com o Corecon e outras entidades. Ressaltou os avanços relacionados à participação das mulheres, mas reconheceu a necessidade de ampliar as ações relacionadas à diversidade, incluindo questões raciais e étnicas. Informou que a Comissão realizou atividade sobre letramento racial e que, no segundo semestre, dará continuidade à execução das ações previstas em seu plano de trabalho. A presidência destacou que a questão da diversidade será aprofundada no próximo encontro, abrangendo a representação de pessoas negras, indígenas e demais grupos que se encontram sub-representados no Sistema Cofecon/Corecons. **Comissão de Sustentabilidade Econômica e Ambiental.** A coordenadora Elis Braga Licks apresentou relato da Comissão de Sustentabilidade Econômica e Ambiental, informando a realização, nos dias 21 e 22 de maio, no Corecon-SP, do Seminário Meio Ambiente, Sustentabilidade e Economia Solidária. Registrou que o evento contou com a participação da Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária, da Comissão de Mercado de Trabalho e de fóruns de São Paulo relacionados à economia solidária e ao meio ambiente. Durante o seminário, foram discutidas novas formas de desenvolvimento econômico, com destaque para a economia solidária como instrumento de transição ecológica justa. O evento contou com diversos palestrantes e promoveu debate interdisciplinar sobre sustentabilidade, economia solidária, desenvolvimento regional, mercado de trabalho e políticas públicas. A coordenadora destacou a importância da realização de eventos conjuntos entre diferentes Comissões e Corecons, por possibilitar maior integração, redução de custos e ampliação da qualidade dos debates. Defendeu, ainda, a necessidade de ampliar a participação de pessoas externas ao Sistema, de modo a aproximar o Cofecon da sociedade e ampliar o alcance de suas discussões. Foi apresentada sugestão para elaboração de uma carta, com autorização da liderança indígena participante do evento, reunindo os principais resultados e reflexões produzidos durante o seminário. Também foi informado que está em discussão termo de cooperação com a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. A presidência destacou a experiência como modelo de atuação integrada entre Comissões e Conselhos Regionais, ressaltando a importância do trabalho em rede, da interdisciplinaridade e da participação da sociedade civil na construção das atividades do Sistema. **Comissão de Educação.** Na sequência,

a coordenadora Kerssia Preda Kamenach apresentou as ações da Comissão de Educação, destacando os projetos "Quero Ser Economista", a Gincana Nacional de Economia, o Prêmio Brasil de Economia, a Semana de Educação Financeira e a iniciativa de expansão dos cursos de Economia nos Institutos Federais. Quanto ao projeto "Quero Ser Economista", informou que, após a prorrogação do prazo de inscrições e o esforço da equipe de comunicação, foram alcançados 2.467 inscritos, número superior ao registrado no ano anterior. Destacou a mobilização dos Conselhos Regionais e a importância do projeto para estimular jovens a escolherem o curso de Economia. Em relação à Gincana Nacional de Economia, informou que houve alteração no calendário de inscrições, com o objetivo de permitir maior prazo para organização dos Regionais. Registrou, entretanto, que a quantidade de duplas inscritas ainda estava abaixo da registrada no ano anterior, sendo necessária maior mobilização. Sobre o Prêmio Brasil de Economia, informou que as inscrições permaneciam abertas e que os números já haviam superado os do ano anterior. Foi discutida a possibilidade de prorrogação do prazo, especialmente para ampliar a participação na categoria Monografia, considerando o calendário acadêmico das universidades. Foi informado, ainda, que a Semana de Educação Financeira seria realizada de forma híbrida, com atividades on-line e uma etapa presencial, tendo como enfoque a economia comportamental e os fatores que contribuem para o endividamento da população. Por fim, a coordenadora apresentou projeto destinado à expansão de cursos de Economia nos Institutos Federais, tomando como referência a experiência do Espírito Santo. Informou que já havia interesse de diversos estados em conhecer o projeto, entre eles São Paulo, Piauí, Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. Foi também registrada a experiência de divulgação da Gincana Nacional de Economia junto aos estudantes da PUC, bem como a realização de projeto de extensão relacionado à educação financeira com grupos de mulheres de baixa renda e endividadas. A presidência destacou a importância da produção de vídeos direcionados aos estudantes do ensino médio, utilizando linguagem adequada ao público jovem, como estratégia de aproximação e divulgação da profissão de economista. **Comissão de Desenvolvimento Regional e Local.** A coordenadora Ana Cláudia Arruda Laprovitera apresentou as ações previstas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Local para o segundo semestre. Informou que está sendo planejada a realização de debate sobre o comportamento dos indicadores das cinco macrorregiões brasileiras, possivelmente durante o SINCE, com a participação de especialistas e delegados presentes no evento. Também mencionou a continuidade das atividades relacionadas à Revista Economistas, a realização de debate on-line sobre desenvolvimento regional e a possibilidade de participação de Cristovam Buarque em atividade destinada a discutir perspectivas de desenvolvimento para os próximos anos. Relatou, ainda, a elaboração de e-book, em parceria com a Comunicação, reunindo notas técnicas produzidas nos encontros regionais, além da organização de livro sobre **industrialização, desindustrialização e neoindustrialização**, com participação de autores vinculados ao Sistema Cofecon. A previsão é de lançamento da obra ao final de 2026. **Comissão de Ações para Redução da Desigualdade e GT de Neoindustrialização.** O coordenador Júlio Miragaya apresentou informações sobre a Comissão de Ações para a Redução da Desigualdade e sobre o Grupo de Trabalho de Neoindustrialização e Inovação em Cadeias de Valor. Informou que está sendo planejado debate com representantes de candidaturas à Presidência da República, com o objetivo de discutir propostas destinadas à redução da desigualdade social no Brasil. O formato ainda estava em avaliação, diante do número de pré-candidaturas apresentadas. A possibilidade discutida seria a realização do evento na Câmara dos Deputados. Quanto ao GT de Neoindustrialização e Inovação em Cadeias de Valor, informou que inicialmente havia sido considerada a realização de atividade no Paraná, em parceria com o Corecon-PR. Diante de dificuldades de calendário, passou-se a avaliar a realização do evento em Santa Catarina, considerando a concentração industrial existente no Nordeste do Estado, a metropolização em curso e a presença de instituições universitárias na região. Foi informado que o projeto seria adaptado e encaminhado para avaliação, com previsão de articulação junto ao

Corecon-SC e possibilidade de realização na primeira quinzena de agosto. **Comissão de Trabalho, Valorização e Mercado Profissional de Economia.** A coordenadora Lúcia dos Santos Garcia informou que a Comissão vem desenvolvendo suas atividades em conformidade com o planejamento aprovado, tendo concentrado, desde a última sessão plenária, esforços na discussão da NR-1, em parceria com a Comissão de Educação. Registrou a realização de minicurso e capacitação sobre o tema, direcionados a conselheiros e trabalhadores do Sistema, bem como campanha de divulgação nas redes sociais. Informou, ainda, a previsão de encerramento dessa etapa com a realização de podcast e a elaboração de uma cartilha sobre a matéria. Destacou que o trabalho busca promover uma reflexão sobre os limites das formas abusivas de gestão do trabalho e a necessidade de ambientes laborais saudáveis, considerando os aspectos relacionados ao desenvolvimento psicossocial dos trabalhadores. A coordenadora ressaltou também o fortalecimento da interlocução da Comissão com as demais Comissões temáticas, considerando o caráter transversal das questões relacionadas ao trabalho. Para o segundo semestre, informou a continuidade das ações interdisciplinares e a realização de recadastramento dos economistas registrados, com o objetivo de aprimorar o registro administrativo e conhecer melhor o perfil dos profissionais. Informou, ainda, que o Ministério do Trabalho apresentou demanda relacionada à divulgação dos 90 anos da instituição do salário mínimo, cuja abordagem deverá ocorrer após o período eleitoral, considerando a relevância histórica do salário mínimo como instrumento de regulação das relações de trabalho e de desenvolvimento econômico e social do País. **Comissão de Fiscalização e Registo Profissional.** A coordenadora Maria Socorro Erculano de Lima apresentou informe sobre as ações de fiscalização, destacando a execução do planejamento da fiscalização integrada. Relatou a realização de três edições do Plantão Fiscal, com participação de gestores, Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Regionais. Destacou que a iniciativa tem como objetivo fortalecer o Sistema de forma integrada, promovendo a sustentabilidade institucional e financeira, a melhoria da arrecadação e o exercício efetivo da função fiscalizatória do Sistema. Informou, ainda, que foram incluídas atividades de treinamento, com destaque para a capacitação sobre instrução processual em processos de fiscalização. Comunicou que será realizada atividade sobre o Plano Anual de Fiscalização, cuja elaboração deverá ser fortalecida junto aos Conselhos Regionais. Ressaltou que, a partir do segundo semestre, o Cofecon passará a receber e acompanhar os planos anuais de fiscalização dos Corecons, reforçando a atuação integrada e o acompanhamento das ações desenvolvidas pelos Conselhos Regionais. **Comissão de Relações Internacionais.** A presidência apresentou relato sobre os trabalhos da Comissão de Relações Internacionais, destacando a participação dos Conselheiros integrantes e a recente inclusão do Presidente do Corecon-SP. Informou o avanço das tratativas para celebração de acordos e convênios internacionais, incluindo parceria com o Colégio de Economistas do Peru, aproximação com a Ordem dos Economistas de Portugal e dos países de língua portuguesa, possibilidade de acordo com a CEPAL e tratativas com instituições brasileiras e internacionais. Também foram mencionadas iniciativas envolvendo a Associação de Economistas da América Latina e do Caribe, universidades francesas, associações de pesquisadores de economia solidária e possíveis cooperações com instituições da China e da Rússia. A Presidência destacou que, embora a Comissão seja recente, já apresenta resultados relevantes, em razão do envolvimento de seus integrantes e da contribuição de ex-Presidentes do Sistema, que têm disponibilizado contatos e experiências para o fortalecimento das relações internacionais do Cofecon. Manifestação sobre a situação de Cuba. O conselheiro federal Wellington Leonardo da Silva apresentou proposta de adesão do Cofecon a manifesto elaborado pela Associação de Economistas da América Latina e do Caribe, relacionado à situação econômica e humanitária de Cuba. Durante a discussão, foram apresentadas manifestações favoráveis à adesão, ressaltando-se o caráter humanitário da iniciativa e a preocupação com os impactos das medidas de bloqueio sobre a população cubana. Após as manifestações, a Presidência propôs que a adesão do Cofecon ao manifesto fosse realizada por

aclamação, tendo a proposta sido acolhida pelo Plenário. **Comissão de Ouvidoria e Prevenção de Assédio.** O coordenador Paulo Hermance Paiva informou que a Comissão de Ouvidoria e Prevenção de Assédio, composta por Conselheiros do Cofecon, está trabalhando na elaboração de uma proposta de resolução destinada a regulamentar as atividades do grupo de trabalho. Foi informado que a expectativa é apresentar a minuta de resolução na próxima sessão plenária, a ser realizada em agosto. O encaminhamento foi acolhido pela Presidência. **Inclusão de Pauta - Questões institucionais relacionadas ao Corecon-SC**. Durante os debates, foi apresentada situação envolvendo a participação da conselheira Janine da Silva Alves Bello em atividades institucionais no âmbito do Corecon-SC. A conselheira relatou que as dificuldades seriam decorrentes de situação pontual envolvendo determinado integrante do Sistema e que, em razão disso, sua participação em atividades e eventos estaria sendo prejudicada. Após manifestação dos Conselheiros, houve consenso quanto à necessidade de que a questão seja tratada institucionalmente, com observância das normas do Sistema e dos princípios previstos no Código de Ética, de modo a garantir o livre exercício das atribuições dos Conselheiros e evitar qualquer forma de constrangimento ou cerceamento de participação. Foi ressaltada a necessidade de encaminhamento da questão à área jurídica e às instâncias competentes, bem como de utilização dos mecanismos institucionais existentes para prevenção e enfrentamento de situações de assédio. O conselheiro Pedro Afonso Gomes destacou a necessidade de observância das regras do Código de Ética e sugeriu, caso necessário, a instauração de procedimento disciplinar para apuração de eventual conduta incompatível com as normas do Sistema. Também foi sugerido contato com a Presidência do Corecon-SC para tratar da realização de atividade naquele Estado, assegurando a plena participação da Conselheira Janine na organização e realização do evento. **6. Continuação Ordem do Dia.** *6.1. XXIX Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - SINCE 2026 (Processo SEI nº 141102.003806/2026-81); 6.1.1. Definição de Tema, Local e Data.* Foi apresentado breve informe sobre o simpósio nacional dos conselhos de economia – since, previsto para ocorrer de 9 a 12 de setembro de 2026, em São Paulo, no World Trade Center. foi informado que o tema do evento será "economistas por um projeto de nação". registrou-se, ainda, que serão realizadas novas reuniões da comissão responsável pela organização, inclusive de forma virtual, com a participação das comissões envolvidas na construção da programação. *6.2. Avaliação de programas de mestrado e doutorado em Economia passíveis de registro e regulamentação de campo de atuação profissional: 6.2.1. Mestrado de Economia da Universidade Federal de Alfenas - Unifal MG (Processo SEI nº 141110.000315/2026-89);6.2.2. Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) (Processo SEI nº 141110.000102/2026-57);* Item 6.2 retirado de pauta. *6.3. Definição da Comissão Eleitoral do Cofecon para o exercício de 2026 (Processo SEI nº 141100.000097/2026-00);* O Vice-Presidente João Manoel Gonçalves Barbosa apresentou a proposta de composição da Comissão Eleitoral, cuja instituição deveria ocorrer na presente sessão plenária. Ficou definida a seguinte composição: conselheira Janine da Silva Alves Bello, conselheira Fabíola Andréa Leite de Paula e conselheiro Wellington Leonardo da Silva, ficando o vice-presidente como suplente. Foi informado que os integrantes da Comissão deverão definir, entre si, quem exercerá a Presidência do colegiado. *6.4. Proposta de deliberação da Comissão de Negociação Funcional (Processo SEI nº 141100.000069/2026-84); retirado de pauta.* **7. Outros Assuntos**: **Participação das mulheres nas eleições dos Conselhos Regionais.** Por fim, foi discutida a participação das mulheres nos processos eleitorais dos Conselhos Regionais e do Cofecon. Foi apresentado levantamento segundo o qual alguns Conselhos Regionais ainda não possuem mulheres entre seus Conselheiros efetivos, tendo sido mencionados os casos do Rio de Janeiro e de Rondônia. Debateu-se a possibilidade de adoção de medidas normativas ou, alternativamente, de ações de orientação e sensibilização junto aos Conselhos Regionais, com a participação da

Comissão Mulher Economista e Diversidade. A Presidência manifestou preferência, neste momento, pela adoção de medidas de diálogo e orientação, sem a criação imediata de norma de caráter obrigatório, considerando que o processo eleitoral já está em andamento em alguns Conselhos. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva informou que, em relação a Rondônia, havia indicação de inclusão de mulheres na composição das chapas e que também estavam sendo realizadas tratativas relativas ao Corecon-RJ. Foi ressaltada, contudo, a importância de se discutir futuramente uma medida permanente que assegure maior participação feminina nos Conselhos, com a possibilidade de participação da Comissão de Normas e Legislação nesse processo. **8. Encerramento**. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, agradeceu a presença de todos e, às 13h44 deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela presidenta da Sessão. Manaus, vinte de junho de dois mil e vinte e seis.

Econ. Tania Cristina Teixeira	**Jane Lopes da Silva**
Presidenta do Cofecon	Secretária *ad hoc*